

COMISSÃO EVENTUAL SOBRE O DESMANTELAMENTO E REALOJAMENTO DO BAIRRO DO 2º TORRÃO

ATA N.º 06/XII-2º/2021-2025

1. Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas 18H00, na sede da União de Freguesias da Caparica e Trafaria, sita na Rua Sacadura Cabral, nº 14, na Trafaria, realizou-se a reunião da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão com a Associação Cova do Mar.
2. Verificou-se a presença dos eleitos seguintes:
 - Os Deputados Municipais:
 - António Salgueiro
 - José Rocha
 - António Maco
 - Daniel Silva
 - João Pedro Pereira
 - João Geraldes
 - Margarida Paulos
3. Por parte da Associação Cova do Mar esteve presente a Presidente da Direção, Srª. Alexandra Leal.
4. O Presidente da Comissão começou por agradecer a disponibilidade da Associação para a reunião e deu as boas vindas à Presidente da Direção da Associação Cova do Mar, Srª. Alexandra Leal, solicitando-lhe que fizesse uma resenha do trabalho de intervenção no 2º Torrão.
5. A Srª. Alexandra Leal informou de que iria projetar uma apresentação relacionada com toda a intervenção da Associação no 2º Torrão.
6. O Presidente da Comissão, Sr. António Salgueiro, deu a palavra aos Senhores Deputados que quiseram começar por colocar questões à Srª. Alexandra Leal.
7. Interveio o Deputado, Sr. António Maco, que começou por perguntar qual iria ser o papel da Associação depois do realojamento.
8. A Srª. Alexandra Leal respondeu que continuariam a fazer o acompanhamento possível nos que continuassem a residir no 2º Torrão.
9. De seguida tomou a palavra a Deputada, Srª. Margarida Paulos, que se referiu ao protocolo da Associação sobre a nova sede e perguntou onde é que estão agora instalados. Indagou também se conseguem dar o apoio que as pessoas precisam e se tem feedback das famílias, nomeadamente se estas estão satisfeitas. Perguntou também como foi solucionado o problema das famílias que tinham animais.
10. O Deputado, Sr. João Pereira, referiu-se ao âmbito da Comissão e ao processo da vala e questionou qual o papel assumido pela Associação Cova do Mar. Disse também que

gostaria de perceber a relação existente entre a Cova do Mar e o Canto do Curió. Falou também sobre o relatório dos SMAS de 2019 e questionou qual tinha sido o trabalho da Cova do Mar no acompanhamento dos moradores e o que é que se tinha passado.

11. O Deputado, Sr. António Maco, tomou de novo a palavra para se referir aos Relatórios entre 2020 e 2022 e perguntou se a Associação os conhecia, formal ou informalmente e se achavam que existia urgência ou não.
12. A Sr^a. Alexandra Leal respondeu logo que o conhecimento que tinham tido dos Relatórios foi de forma informal.
13. O Deputado, Sr. José Rocha, perguntou qual o ponto de situação sobre o espaço que lhes foi cedido.
14. Seguidamente a Sr^a. Alexandra Leal iniciou a sua intervenção declarando que iria dar a perspetiva da Associação e que tinha alguma documentação de apoio para distribuir aos membros da Comissão.

Lembrou que a Associação Cova do Mar foi fundada no ano de 2016, na Cova do Vapor. Os seus objetivos prendem-se com a defesa dos direitos humanos, dos animais e do ambiente. Pensar de forma sustentável e a longo prazo. Referiu-se ao organograma de funcionamento da Associação e informou que trabalhavam a tempo inteiro e que prestavam diversos serviços às pessoas.

Referiu-se à situação da vala surgida em 2022, a qual não foi uma surpresa, pois também já tinha sido referida em 2019.

A Associação tem promovido um campo de férias para as crianças da Cova do Vapor e as da Trafaria, com a Fábrica de Sonhos que desenvolve o acompanhamento das crianças. A Dr^a. Ana Gameiro tinha sugerido a ocupação de uma barraca vazia no 2^o Torrão para poderem desenvolver lá o projeto. Efetuado com os jovens que não trabalhavam nem estudavam e também com as mães. Desenvolvemos um curso para monitores de campos de férias, certificados, e também com mais duas mães.

Referiu-se ao Projeto RICO, para intervenção e resgate junto dos animais e anunciou que não tinham financiamento, mas que procediam a várias fases de intervenção. A fase de resgate acontecia quando existia risco de vida, ou de maus tratos ou acorrentados. Disse que só efetuavam resgates quando já tinham lugar para onde mandar os animais. Falou também do Projeto Baleia Azul, que tem por objetivo impedir que mais lixo possa chegar ao mar. Abrimos os braços e fazemos reciclagem em terra. Enviamos garrafas de plástico para a máquina e recebemos um ponto.

Relativamente ao realojamento do Bairro do 2^o Torrão, um dos problemas é as crianças não terem onde brincar em segurança.

É a partir da Central existente dos SMAS que começa o problema da vala.

Já em novembro de 2019, o então Vereador Sr. Miguel Salvado manifestava a sua preocupação numa visita realizada à Fábrica dos Sonhos. Desde então que ficámos à espera da oficialização do problema, que surgiu em 2022, através de um Relatório da proteção Civil que enunciava o risco de derrocada e que era preciso efetuar um realojamento urgente.

Recebemos em 3 de junho de 2022 um email da CMA a convocar para uma reunião que se iria realizar em 7 de junho, para se abordar o problema da vala, com a CMA e a população. Fomos a essa reunião com a companhia de dois advogados pro bono. Estiveram presentes a Sr^a. Presidente e a Sr^a. Vice-Presidente, o Diretor Municipal, a Santa Casa da Misericórdia, um representante dos proprietários do terreno, o Sr. Padre e parece que a Segurança Social. A Junta de Freguesia não esteve nessa reunião. Falou-se em 44 casas e em 43 famílias realojadas para fora do concelho. A Cova do Mar assumiu o compromisso de garantir a Fábrica dos Sonhos e acompanhar as famílias da vala. As pessoas que estavam na vala e as outras tinham medo da solução com que se iam deparar.

A Cova do Mar esteve sempre disponível para um trabalho em rede. A reunião realizou-

se no ginásio da escola EB+1 e estiveram presentes da parte da tarde, em que se verificaram críticas sobre o não envolvimento. O Sr. Diretor Municipal disse que não tinha de nos ouvir, mas sim aos representantes das famílias.

Achamos que existiu alguma resistência por parte da CMA em ouvir a sociedade civil.

Estávamos à espera que na reunião estivesse lá toda a gente e isso não aconteceu. Não foi uma reunião 100% pública, existiram moradores que não foram convocados.

No final da reunião, duas famílias revoltadas, uma porque não puderam colocar as suas dúvidas e a outra porque a sua mãe não estava a ser convocada. Foram informados de que iriam todos receber uma carta para uma reunião individual e onde seriam apresentadas as soluções.

No final da reunião fomos ao bairro ver do levantamento das portas e dos números camarários. Pedimos ao Sr. Vereador essa informação e disseram-nos que não podiam dar. Mais tarde a equipa da fiscalização veio pedir-nos informações sobre os números das portas.

Devíamos ter sido envolvidos desde o início. A não cooperação foi um erro da CMA. É necessário que não repita.

A Sr^a. Alexandra Leal de seguida referiu-se à questão dos 10 metros e à estratégia de apoio à população que morava na vala. Falou também sobre o Programa 1^o Direito e informou que fizeram uma denúncia à Amnistia Internacional, que têm um manual com as obrigações que a CMA deve respeitar nestes casos.

Falou de seguida na necessidade de capacitar a comunidade do Bairro, com a criação de dois gabinetes de crise. Um para a Fábrica dos Sonhos e outro para os moradores estarem preparados para irem às sessões públicas e dar entrevistas.

Foi necessário envolver a comunicação social para garantir a cobertura mediática nacional e local.

Referiu-se a três cenários possíveis sobre o que poderia vir a acontecer. O primeiro seria onde tudo corre bem. O segundo onde há dúvidas. E o terceiro em que se verifica uma situação crítica e também violação dos direitos humanos.

15 de julho de 2022, aconteceu muita coisa até esta data e as notificações do despejo.

A Sr^a. Alexandra Leal declarou também que algumas coisas não se resolvem nem com pressão. Os moradores levaram as coisas a bem até às notificações. Depois existiu atrito com os fiscais, que exigiam que se parasse tudo e nós pedíamos que aguardassem um pouco. Lá cederam. E queriam que eu assinasse aqui em como tomei conhecimento da notificação. Naturalmente que pedi para ler e então assinei a notificação de desocupação.

Existia preocupação com os critérios e com as demolições e como iriam ser afetadas as pessoas na sua precariedade.

A equipa de juristas solicitou em 7 de junho pediram os relatórios do SMPC e recusaram

15. Nesta altura o Sr. Deputado António Maco perguntou se não conhecem o relatório.

16. A Sr^a. Alexandra Leal respondeu que o relatório não cita os 10 metros. Todas as pessoas ficaram em pânico com esta informação. A desocupação teria de ocorrer até 30 de setembro por parte das pessoas, animais e bens. A CMA informou que tomaria as medidas adequadas, mas as pessoas ficaram com medo o que viria a constituir um drama emocional.

Existiam quatro famílias que nunca foram chamadas para o processo de realojamento e já tinham notificação de despejo, porque os registos da CMA não estavam atualizados.

Em 6 de agosto algumas das famílias que estavam dentro dos 10 metros foram notificadas para a reunião a realizar em 10 de agosto, outras não o foram.

A carta para além da notificação para a reunião pedia os códigos das Finanças e da Segurança Social, mas não dizia para o que era.

Acompanhamos as reuniões das três famílias com as equipas técnicas e no final das mesmas caminhávamos para a violação dos direitos das famílias.

Questionamos qual a data dos registos existentes na CMA e a resposta foi que tinham os do último levantamento feito em 2020.

Algumas das famílias foram informadas de que teriam de atualizar os dados.

A Sr^a. Alexandra Leal declarou que era impossível impedir os fluxos migratórios e que a atualização de dados deveria ser feita porta a porta e anualmente.

Tem de se ter em consideração as situações dos sem abrigo e das crianças.

Toda esta situação originou uma situação de risco de violência no bairro, que poderia ter havido no dia do despejo, por causa da ameaça de pôr as pessoas em pavilhões, com a possibilidade de perda dos seus bens e posses e com o eventual abandono de animais. Isto dito pelos técnicos, tendo chegado a dizer que um bebé não podia ser considerado porque não tinha número.

Começamos de imediato a estratégia dos 360º, com os quatro pontos já referidos, acrescentando um quinto ponto, junto da GNR, para prevenir eventuais situações de violência por revolta e desespero das famílias. Apelar à resistência poderia criar situações de violência.

Havia uma família que dizia que ficavam em casa e que o marido ia para a luta.

O ponto seis relacionava-se com a representação jurídica da comunidade. O BE apresentou dois requerimentos na AR, um para a visita da Comissão de Habitação ao Bairro, que não se verificou, e o outro para uma audiência com a Secretária de Estado, que se realizou em 7 de setembro. Nessa audiência todos os partidos questionaram a Secretária de Estado sobre a situação, que respondeu que as pessoas iriam para unidades hoteleiras.

Na questão da representação jurídica, foram enviados emails para a Divisão de Habitação da CMA a questionar porque é que aquelas não foram incluídos no processo de realojamento.

As notificações diziam para informar a Divisão de Habitação e não à Segurança Social.

Informou que queria cumprir a notificação mas que queria ser incluída no processo. No dia 26 de setembro uma técnica da proteção civil tirou o nome da farda e recusou-se a identificar-se. Em 28 ou 29 de setembro pediram às pessoas para assinar os documentos.

Os advogados foram o Sr. Vasco Barata e a Sr^a. Ana Nogueira, que apresentaram as providências cautelares que originaram as suspensões de algumas demolições, enquanto não fossem integrados no realojamento.

À pergunta qual seria o alojamento temporário? O técnico respondeu que não sabia para onde iam e que seria a partir de 3 de outubro.

Perante esta situação a Sr^a. Alexandra Leal informou que foram falar com o Sr. Vereador Filipe Pacheco.

Alojamento definitivo só lá para 2025 e na Sobreda. Depois não certeza sobre os agregados e nesta parte a Presidente da Junta de Freguesia foi fundamental.

O encontro com a comunicação social previsto no dia 29 de setembro não chegou a acontecer.

Fomos à Assembleia de Freguesia denunciar a situação e o Sr. Vasco Barata avançou nessa altura com a providência cautelar.

No dia 1 de outubro e no que respeita à Fábrica dos Sonhos, não havia lugar para as nossas coisas e não assinamos o protocolo, só recebemos a chave em janeiro de 2023. Em vez disso, compramos uma tenda que era montada e desmontada todos os dias.

A Sr^a. Alexandra Leal expressou ainda a opinião que a partir do dia 1 de outubro foi o caos. Houve situações ainda piores daquelas já relatadas. Por causa dos números das portas de que os serviços camarários dispunham, foram excluídos mais ou menos cinco adultos e sete crianças no caso de 5 portas e no caso de 15 portas ficaram excluídos 20 adultos e 16 crianças do agregado familiar.

Em fevereiro de 2023 foram notificados para pagar €300 de renda, para começar a pagar

em março com retroativos a janeiro, supostamente em casa da CMA. Existiu atraso no processo entre o pagar e o receber. Na altura ainda não haviam contratos de fornecimento de água e de luz ativos e existia o problema com o gás, sendo que a empresa fornecedora chumbava a vistoria, normalmente por causa do esquentador. Houveram famílias que perderam o emprego por terem sido colocadas na Moita e no Barreiro, porque não tinham forma de se deslocar, e ainda existiram situações em que os seus armários foram partidos ou danificados.

Faltou equipa jurídica de apoio da CMA para ajudar as famílias no aconselhamento.

Na tenda que montamos recebemos as pessoas. Chegou a haver uma tentativa de suicídio, de uma pessoa que declarava que não aguentava mais a situação e nessa altura ligamos ao INEM que mandou uma ambulância e verificou que tinha os diabetes desregulados e ministraram também apoio psiquiátrico.

Pedimos a um elemento da proteção civil que viesse, mas não nos quis acompanhar, por isso chamamos o INEM que chegou por volta das 21H00.

A um dos que estavam excluídos, comunicaram-lhe à última da hora que iria ser instalado numa unidade hoteleira. Foi um processo muito traumático. Também existiu uma pessoa hipertensa com três crianças que também teve de ser socorrida pelo INEM e os realojamentos só se verificaram no dia a seguir e contribuiu para um processo muito duro para as pessoas.

A partir do mês de novembro enviamos um relatório semanal para o Chefe de Gabinete da Sr^a. Ministra da Habitação.

Fomos ao hostel de Campo de Ourique onde fomos convidados a sair. Não existiam condições para as crianças, sem televisão ou sequer uma sala.

No que se refere ao subsídio de alimentação existiram situações díspares, em que agregados com situações iguais recebiam valores completamente diferentes sem se conseguir perceber o porquê.

Referiu-se ainda à situação de duas pessoas sem abrigo, o Sr. Sebastião e o Sr. Luís, que eram representados pela advogada Marina.

17. Seguidamente interveio o Sr. Deputado Daniel Silva que agradeceu e parabenizou a associação pela sua intervenção no Bairro do 2º Torrão, tendo-se referido à situação dos sem abrigo e declarado que o bairro há mais de 40 anos que não era intervencionado ao nível da habitação.
18. A Sr^a. Alexandra Leal respondeu que os sem abrigo foram excluídos do realojamento e informou que ainda havia uma família a aguardar a documentação do Consulado de Angola e que era representada pelo advogado Sr. Vasco Barata. Existia ainda uma situação de uma família em que o marido estava excluído do realojamento por ter dívidas, sendo que esta família estava numa casa da CMA que forneceu material para se fazer a obra.
19. Logo depois interveio o Sr. Deputado António Maco, que declarou que das entidades já ouvidas era unânime que o processo decorreu de forma atabalhoada e à pressa e que era uma vergonha a forma como a CMA tratou o processo. Referiu-se ainda à intervenção do Ex-Vereador Miguel Salvado no que toca à monitorização do estado da vala e perguntou também se o dono do terreno tinha de alguma forma intervindo no processo, perguntou ainda qual tinha sido o papel da Segurança Social.
20. A Sr^a. Alexandra Leal respondeu que não sabia o que é que o Sr. Ex-Vereador Miguel Salvado tinha feito e que não se recorda de qualquer intervenção do proprietário. No que toca à Segurança Social não sabemos qual a sua intervenção, parece que as pessoas tinham de se dirigir à Segurança Social, mas não vimos nenhum relatório escrito, apenas temos uma cópia do que um dos técnicos rabiscou num papel.
21. O Sr. Deputado António Maco pediu a palavra novamente para perguntar se a Associação continuava a acompanhar no terreno as famílias e o que pensavam da situação duvidosa em que se encontrava a vala.

22. A Sr^a. Alexandra Leal replicou que iriam acompanhar as famílias enquanto fosse possível e que esse era o papel da Associação. Referiu-se à candidatura ao PRR para realojamento do bairro e se já tinha sido aprovada a mesma e que era uma situação partilhada com o Ministério da habitação.
- Referiu-se também ao HabitAlmada, às atualizações e que era necessária mais cooperação por parte da CMA, falando também da perspetiva para 2025 de realojamento e sobre a taxa de esforço necessária.
- Afirmou ainda que a Associação tinha assinado o protocolo, mas que ainda se estava em obra e que havia um vazio legal à volta dos projetos sociais. Disse que não eram um ATL, mas sim um projeto social e que era importante que os partidos levassem o tema ao Parlamento. Falou ainda das atividades com as crianças que decorriam à porta fechada e que sobre as famílias realojadas, cada caso era um caso.
- Referindo-se às questões da vala e aos relatórios de 2020 e de 2022, declarou que não sabia.
- Disse também que as verbas da Associação eram poucas e que não tinha apoios camarários, afirmando também que a Cova do Mar e a Canto do Curió eram entidades diferentes.
23. O Sr. Deputado João Pedro Pereira referindo-se às seis casas que ficaram por demolir perguntou se tinha havido algum cuidado com as mesmas e declarou que foi essencial a colocação na justiça dos casos para se conseguir resolver a situação dessas pessoas e que a Sr^a. Presidente da CMA disse que tinham ganho todas as causas em que foram apresentadas as providências cautelares.
24. A Sr^a. Alexandra Leal declarou que não existiu cuidado com essas casas que ficaram sem condições, tendo começado a entrar água pelas mesmas através das sanitas, e que a colocação dos casos na justiça foi importante porque ajudou a resolver algumas situações.
25. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Comissão, António Salgueiro, deu a reunião encerrada pelas 21H00.
26. Por ser verdade se elaborou a presente ata que vai ser assinada pelos Senhores Deputados Municipais presentes.